RELATÓRIO

PROGRAMA DE INTERCÂMBIO DO BLOCO DE DEFENSORES PÚBLICOS DOS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL – PASANTÍA

1. OBJETO

O relatório referente ao Programa de intercâmbio do Bloco de Defensores Públicos dos Países Membros do Mercosul, de acordo com o programa aprovado na reunião do Bloco de Defensores Públicos do Mercosul, realizado no período de 23 de novembro a 4 de dezembro do exercício anterior, em Brasília/DF.

2. DESCRIÇÃO SINTÉTICA

O programa de intercâmbio foi criado pela Defensoria Pública da União – DPU, com o objetivo de realizar uma troca de experiências e conhecimentos jurídicos entre Países membros do Bloco de Defensores do MERCOSUL, especificamente em relação à atuação, rotinas e boas práticas dos defensores públicos do país que recebe os visitantes.

Durante o período de 12 (doze) dias, os participantes tiveram a oportunidade de vivenciar o trabalho dos defensores públicos brasileiros, Federais e Distritais, conhecendo a sua atuação perante a Justiça das mais diversas especialidades, suas práticas relacionadas ao atendimento ao público, formas de gestão, bem como as dificuldades enfrentadas por eles.

Oportunizou-se ainda, a familiarização com as experiências dos defensores públicos brasileiros e com a realidade da Defensoria Pública do Brasil, face a programação pautada por atividades teorícas, praticas e de visitas tecnicas, no intuito de abranger o maior número de temáticas atinentes ao Direito.

3. OBJETIVOS ALCANÇADOS

A PASANTÍA, promovida em 2015 pela Defensoria Pública da União – DPU, em Brasília/Brasil, facilitou, ao nosso ver, o intercâmbio de experiências e conhecimentos e também promoveu o desenvolvimento de assistência jurídica à população vulnerável, condizentes com a proposta inicial do evento.

4. DAS ÁREAS JURÍDICAS

O programa de intercâmbio se intencionou no desempenho dos defensores públicos nas áreas de direito constitucional, administrativo, civil, processual civil, penal, processual penal, trabalhista, previdenciário, entre outras.

E se fixou em macrotemas, a saber: Atribuições dos Defensores Públicos Federais de 2ª Categoria, 1º Categoria e Categoria Especial; Atendimento, perfil do Assistido e Acompanhamento das Rotinas de Atendimento da DPU; Acompanhamento do Plenário do Tribunal do Júri; Exposição sobre Projetos Nacionais: DPU nas comunidades, DPU Itinerante e Projeto de Erradicação do Escalpelamento por Embarcação; Acompanhamento de Audiências na Justiça Federal; Apresentação da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais - ANADEF; Comentários sobre atuação da DPU na Área Criminal; Comentários sobre a atuação da DPU na Área Cível; Comentários sobre a atuação da DPU na Previdenciária; Comentários sobre atuação da DPU na Área Trabalhista; Visita guiada ao Superior Tribunal Federal – STF e o Superior Tribunal de Justiça - STJ; Visita ao Núcleo de Família de Brasília - Fórum Desembargador Leal Fagundes Palestra: A Defensoria Pública da União – Lei Orgânica, Missão Institucional e Estrutura Administrativa; Apresentação da Secretaria-Geral de Controle Interno e Auditoria; Visitação do respectivo Núcleo circunscricional; Acompanhamento de Audiências Previdenciárias na Central de Conciliação; Acompanhamento de Audiências Trabalhistas no Fórum Trabalhista de Brasil; Visita ao Núcleo de Iniciais/Consumidor; Apresentação de Projetos - Departamento de Atividade Psicossocial – DAP; Visita à Direção-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federa, conforme programação do evento.

5. DOS PARTICIPANTES

CONTEMPLADOS		
NOME	**PAÍS**	**INSTITUIÇÃO**
Marino Aguirre Santiago	Argentina	*Asociación de Magistrados y Funcionarios de la Justicia Nacional - AMFJN*
Miguel Angel Varela	Argentina	*Asociación de Magistrados y Funcionarios del Ministerio Público de la Defensa de la República Argentina - ADEPRA*
Gabriela Brunetto Fontan	Uruguai	*Associação de Defensores/as Públicos do Uruguai - ADEPU*
Maria Mercedes Schiera	Uruguai	*Associação de Defensores/as*

		Públicos do Uruguai - ADEPU
Alejandra Gabriela Kuske Arribalzaga	Venezuela	*Defensa Pública - DP*
Luxcindia González Zacarías	Venezuela	*Defensa Pública - DP*
Mario Fernando Quezada Varga	Chile	*Asociación de Defensores Penales Públicos - ADEF*
Claudia Paola Verga Soto	Chile	*Asociación de Defensores Penales Públicos - ADEF*

6. DA AVALIAÇÃO DO EVENTO

Conforme previsto esta Escola Superior aguardou o recebimento para finalização do relatório. Contudo, apenas 3(três) delegações enviaram tempestivamente seus relatórios de avaliação de evento, considerando que até o presente instante não foi recebido todas as avaliações realizou-se a avaliação desta Escola a respeito do evento.

6.1 REGISTRO FOTOGRÁFICO

ESDPU

6.2 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO EVENTO

Durante esse intercâmbio, realizou-se relatório de avaliação de eventos, para que os participantes pudessem tecer apontamentos sobre os instrutores (domínio do assunto, comunicação/capacidade de transmitir o conteúdo, capacidade de promover a integração do grupo, planejamento e utilização do tempo e pontualidade), a avaliação geral do curso (carga horária, conteúdo programático, organização do curso, presteza em solucionar e/ou atender possíveis eventualidades, local do evento, material didático, acomodação do hotel), a auto-avaliação, e ainda oportunizou-se que os participantes fizessem indicações que jugarem necessárias, Anexo I, do relatório de evento realizado durante o intercâmbio, acerca das opiniões individuais.

6.3 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO EVENTO

Considerando que recebemos os relatórios de avaliação da *Associação de Defensores/as Públicos do Uruguai - ADEPU, da Defensa Pública - DP e Asociación de Defensores Penales Públicos – ADEF*, ausente somente o Relatórios da *Asociación de Magistrados y Funcionarios del Ministerio Público de la Defensa de la República Argentina - ADEPRA e Asociación de Magistrados y Funcionarios de la Justicia Nacional – AMFJN*, esses não recebidos pela ESDPU, até o presente instante.

Sobre o evento as delegações em seus relatórios concluíram:

- Associação de Defensores/as Públicos do Uruguai - ADEPU:

> La defensa pública reviste por ley las condiciones de unidad, indivisibilidad e independencia funcional y presupuestaria, y no se trata ello de una mera declaración formal, sino que efectivamente la Defensa Pública cuenta con recursos para brindar un servicio de asistencia integral (no obstante lo cual, aún se advierte que existen ámbitos donde los recursos resultan insuficientes) y gozan de gran respetabilidad institucional.
> Se advierte también en Brasil una defensa pública especializada en las materias de su ámbito de actuación, como por ejemplo en materia de salud, derecho administrativo, laboral, derechos del consumidor y derecho penal militar, y al respecto vale destacar aquí la importante labor de las escuelas de capacitación propias, esto es, dentro de la estructura funcional de la defensa pública, que procuran no sólo el crecimiento profesional y/o académico de los defensores, sino que también llevan adelante actividades de labor comunicacional e institucional que buscan afianzar el vínculo entre la defensa y la comunidad.
> Se observó también una defensa pública altamente comprometida con la manda legal y convencional de garantizar el acceso a la justicia de las personas en condiciones de vulnerabilidad, a través de los proyectos o programas de defensa pública itinerante, a través del traslado de los defensores a la comunidad o municipio procuran el acercamiento de la asistencia jurídica integral, brindando soluciones a nivel judicial y extrajudicial.

Se pudo constatar también una importante tendencia a conciliación como mecanismo de solución de conflicto, instado también por la defensa pública que por ejemplo en materia de salud resulta el mecanismo más utilizado, pues sólo se judicializan bajos porcentajes en relación a los planteados.

Por último, solo resta señalar que se pudo apreciar una defensa pública ejercida por funcionarios capacitados, entrenados y con vocación de servicio, lo que no es menor, ya que sin una defensa fortalecida y eficaz no puede pensarse ningún sistema de justicia.

- *Defensa Pública – DP – Venezuela:*

La defensa pública reviste por ley las condiciones de unidad, indivisibilidad e independencia funcional y presupuestaria, y no se trata ello de una mera declaración formal, sino que efectivamente la Defensa Pública cuenta con recursos para brindar um servicio de asistencia integral, no obstante lo cual, aún se advierte que existen âmbitos donde los recursos resultan insuficientes.
La Defensa tiene su propia identidad, reflejada a través de la conformación de uma estructura funcional integrada por un Defensor General, el Consejo Superior, la Corregidora o "Corregedoria", también funciona dentro de la Defensoría General uma Escuela Superior, cuyas funciones han sido referenciadas.
Se advierte también una problemática frecuente en los países de la región del Mercosur, cual es la desproporción entre el número de defensores, fiscales y jueces, siendo los primeros cuantitativamente inferiores a éstos últimos, de hecho, se pudo visitar el Municipio de Aguas Lindas donde no hay defensa pública oficial de corte institucional, sino que ante la necesidad, en el edifico del poder judicial funciona una oficina en la que se encuentran tres personas, una abogada, otro profesor en ciencias sociales o jurídicas, más un ayudante administrativo quienes, por contrato con el municipio, brindan assistência jurídica gratuita a las personas carentes de recursos para afrontar un abogado particular, esto es, la gran parte de la población del municipio. Y en éste punto es preciso detenerse a los efectos de valorar, destacar y felicitar la labor vocacional de ésta tres personas, que sin recursos materiales y económicos suficientes, ponen su empeño y tesón en la búsqueda de soluciones a los problemas de los más necesitados, procurando una asistencia jurídica em todos los muchos fuero, como el civil, familia y penal, hallándose desde luego y en tal contexto, ampliamente superados por la demanda de sus servicios.
Se advierte también en Brasil una defensa pública especializada en las materias de su ámbito de actuación, como por ejemplo en materia de salud, derecho administrativo, laboral, derechos del consumidor y derecho penal militar, y al respecto vale destacar aqui la importante labor de las escuelas de capacitación propias, esto es, dentro de la estructura funcional de la defensa pública, que procuran no sólo el crecimiento professional y/o académico de los defensores, sino que también llevan adelante actividades de labor comunicacional e institucional que buscan afianzar el vínculo entre la defensa y la comunidad, siendo un ejemplo de ello el proyecto cultural de la DPU "Presencia entre Ausencias", descripto en párrafos precedentes.
Se observó también una defensa pública altamente comprometida con la manda legal y convencional de garantizar el acceso a la justicia de las personas en condiciones de vulnerabilidad, a través de los proyectos o programas de defensa pública itinerante, que tal como se describió oportunamente, a través del traslado de los defensores a la comunidado municipio procuran el acercamiento de la asistencia jurídica integral, brindando.

- *Asociación de Defensores Penales Públicos – ADEF – Chile*

Las acciones o buenas prácticas observadas son:

1. En la DPU, pudimos observar la importancia del cargo de coordinador, que tiene por misión de coordinar el trabajo que realzian los diferentes núcleos, ayudando

a que estos se relacionen adecuadamnete, creemos que un cargo similar hace falta en la Defensoría Nacional de nuestro país, no solo para que ayude a la relación entre los distintos departamentos, sino que también ayude a facilitar las relaciones entre las regiones y la Defensoría Nacional, derivando los requerimientos a las áreas que correspondan y haciendo un seguimiento desde su inicio hasta la respuesta definitiva de este.

2. En las dos defensorías de Brasil y también en Venezuela, existen escuelas, que se encargan de la inducción inicial de los profesionales que se integran a la DPP, (todo tipo de profesionales), creemos en Chile es posible implementar algo similar, que se encargue de la inducción y capacitación de todos, incluyendo a los defensores licitados y defensores en calidad de contratación directa, además de sus asistentes y personal de apoyo. Si bien actualmente existen esfuerzos por mantener permanentemente capacitados a los defensores a través de capacitaciones (Regionales y Nacionales), no ocurre lo mismo con el resto de los funcionarios. Creemos además que es necesario se incluya también a peritos ya sea a nivel nacional y/o regional, a estos al menos los debiésemos capacitar en la forma en que deben dar sus testimonio, los formatos de sus informes, en el caso de los Asistentes Sociales, en las modificaciones de leyes que son importantes para sus informes, (como la modificación que sufrió la ley 18.216, por la ley 20.603).

Se propone enfocar una capacitación y formación inicial, previa a la entrada en funciones para lo cual se requiere de una orgánica y equipo de trabajo exclusivo y dedicado única y exclusivamente a dicha labor. En pro del óptimo funcionamiento del equipo de formación propuesto se estima conveniente que en su formación se consideren profesionales del derecho y de la sicología y asistencia social. En esta escuela se debe desarrollar un plan de capacitación general y permanente, 4. Se visualiza como necesario un ente institucional (unidad) que estructurada y coordinadamente maneje la asistencia mutua con otras defensorías para el tratamiento conjunto de situaciones puntuales en que se vean afectados imputados y condenados extranjeros, otorguen traducción inmediata sobre la base de contrataciones previas y efectúe el seguimiento y coordinación para la asistencia consular desde la primera actuación del procedimiento.

3. Modificaciones al SIGDP:

a) Se propone que cuando el defensor ingrese el tiempo de duración de una condena, si esta es efectiva, el sistema arroje alertas, de cuando puede el condenado postular a beneficios intrapenitenciarios, o a libertad condicional, como ocurre con el sistema de Brasil.

b) Se propone que el sistema tenga la posibilidad de que al ingresarse los datos de la causa el defensor pueda indicar si la causa que tramita es compleja o no, en caso de calificarla de compleja, y que estas causas puedan ser vistas por el DLJ y el JER, quienes podrán prestarle especial ayuda en dichas causas.

c) Se propone avanzar más rápidamente en el proyecto de carpeta virtual y en la eliminación definitiva del papel, se requiere eso sí, que el SIGDP tenga una opción en que se puedan ver todos los documentos que se hayan subido al sistema en un listado y no ingresar a cada gestión para ver el documento, sino que se despliegue una lista y en esa lista de documentos se pueda seleccionar el que se desea ver.

4. Avanzar en la especialización sobre esto se sugiere lo siguiente:

a) Que en la Defensoría Nacional se realice una división mayor de las personas a cargo de cada una de estas especializaciones, (es decir indígenas un encargado, adolescentes otro, migrantes otro, etc) esto hace que las responsabilidades no se diluyan y además permite saber con quién conversar en cada tema.

b) Se propone que las unidades de defensa especializada, además de contar con un asistente social, también cuenten con un psicólogo y con un investigador.
Se propone crear otras especialidades, que serían trabajo con personas con problemas mentales, trabajo con personas en situación de calle, en ambos casos son personas que se encuentran en situaciones desventajosas, y se hace necesario la especialización para que se produzca una igualación de derechos.

7. CONCLUSÕES DESTA ESCOLA

A partir dos aprontamentos feitos, resta concluir que o Intercâmbio realizado foi bastante produtivo e eficaz, proporcionando um robusto aprendizado sobre a estrutura do sistema de justiça e sobre a realidade social do país, principalmente aquela relativa à população que é público-alvo da prestação de assistência jurídica gratuita.

Ressaltou-se a percepção quanto à excelente estrutura da qual dispomos atualmente, física, bem como do capital humano e das relações com diversas instituições quer foram envolvidas, foi possível o desenvolvimento das atividades durante todo o período de realização do intercâmbio, o que possibilitou novos conhecimentos sobre o povo, a história e a cultura, aspectos, essenciais para a efetivação de um conhecimento amplo e plural, que não se restrinja aos aspectos jurídico-formais. Além do intercâmbio oficial, ressalta-se a necessidade da realização de atividades não oficiais como uma oportunidade de troca de experiência com os demais Defensores Públicos participantes como forma de propiciar conhecimento e aprendizado sobre a realidade política e social de seus países.

Dentre as atividades desenvolvidas, várias palestras tiveram como tema a legislação, o que facilitou uma compreensão geral do sistema legal do país, destacando-se aquelas relativas aos direitos humanos, penal, processual penal e direitos de família, oriundos pela Defensoria Pública do Distrito Federal. A organização de tais palestras, com momentos para perguntas e debates, possibilitou, ainda, a comparação com as legislações existentes nos demais países participantes.

Outra atividade a destacar foi a visita ao centro penitenciário feminino, possibilitando vivência dos aspectos teóricos e práticos do sistema penitenciário brasileiro e da realidade vivenciada pelos detentos.

Em resumo, o intercâmbio possibilitou, que os participantes conhecessem adequadamente o sistema de justiça Brasileiro, estrutura e formatação, a legislação do país relativa aos principais temas e demandas atendidas pela Defensoria Pública, comparando-a com a legislação dos demais países participantes.

As visitas, palestras e acompanhamentos propiciaram aos participantes o conhecimento quanto ao funcionamento e a estrutura da Defensoria Pública dos tribunais e instâncias superiores, nos seus aspectos teóricos e práticos. Os debates e diálogos desenvolvidos durante a realização do intercâmbio possibilitaram, ainda, a troca de experiências e práticas utilizadas pelos países participantes que certamente contribuirá para a atuação dos Defensores brasileiros participantes e para a melhoria e aprimoramento da atuação de todos os Defensores participantes.

ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – ESDPU